

## Desenvolvimento Sustentável: Estudo sobre Indicadores para o Sector da Construção

*Cristina Palma*

*cristina\_toc@hotmail.com*

*Escola Superior de Ciências Empresariais/Instituto Politécnico de Setúbal*

*Francisco Carreira*

*francisco.carreira@esce.ips.pt*

*Escola Superior de Ciências Empresariais/Instituto Politécnico de Setúbal*

### Resumo

As Organizações estão a disponibilizar aos *stakeholders* informação relacionada com a sua Sustentabilidade, pelo que acrescentaram o vocábulo “sustentabilidade” ao léxico do seu discurso e prática, enquadrada pela Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

O relato sustentável tem aumentado em, praticamente, todos os sectores de actividade. A grande maioria das organizações opta por seguir um conjunto de linhas orientadoras, que conferem padrões de qualidade, fiabilidade e comparabilidade aos relatórios, como é o caso daquelas que são promovidas e disponibilizadas pela *Global Reporting Initiative (GRI)*.

As características intrínsecas de cada sector de actividade conduzem à necessidade de um ajustamento dos indicadores de desempenho sustentável, directamente, relacionados com as mesmas, que possibilitam melhorar a análise e relato de cada sector. Elegeu-se o sector da construção por ser um sector de referência e impacto no desenvolvimento de um país, ao nível da tripla sustentabilidade – económica, ambiental e social.

O relato sustentável no sector da Construção está a prosperar, anualmente, mas atendendo à especificidade do sector, será necessário definir indicadores que melhor espelhem o seu estado de desenvolvimento nas suas várias vertentes.

Nesse sentido, desenvolveu-se um estudo empírico para eleger os indicadores mais representativos, em que se confrontou a visão de profissionais do ramo da construção com a de estudantes de diferentes cursos.

Os resultados obtidos revelam, nas dimensões ambiental e social, uma aproximação de pontos de vista entre estudantes e profissionais e um maior distanciamento na dimensão económica.

**Palavras chave:** Responsabilidade Social, Indicadores, Sustentabilidade, Sector da Construção.

### Introdução

O termo “sustentabilidade” está a ser cada vez mais usado e está associado às práticas das organizações e, conseqüentemente, ao desenvolvimento e imagem das instituições, sejam elas, empresas, pequenas, médias ou grandes ou organizações sem fins lucrativos.

Daí que as organizações, nos últimos anos, tenham desenvolvido acções com o objectivo de retribuir parte dos seus benefícios empresariais à sociedade em que estão inseridas,

nomeadamente, através de acções de solidariedade, recuperação e preservação ambiental, patrocínios, entre outros.

Essas acções enquadram-se na denominada Responsabilidade Social Corporativa (RSC), são comunicadas de forma transparente e visam informar a sociedade acerca das mesmas e há a convicção de que a sociedade reconheça nas organizações, agentes responsáveis e merecedores de crédito.

Os relatórios e contas das empresas relatam as actividades desenvolvidas com maior ou menor exaustão, sobretudo no Relatório de Gestão e do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados (ABDR). No entanto, a informação fornecida pelas empresas centra-se, maioritariamente, nos aspectos de natureza económica da actividade, não valorizando o relato nos aspectos de natureza ambiental e social.

A *Global Reporting Initiative (GRI)*, fundada em 1997, é uma organização sem fins lucrativos, sediada na Holanda, cuja missão é elaborar uma estrutura credível, que proporcione às organizações, de forma clara e transparente, a comunicação de questões relativas à sustentabilidade, com o objectivo de que essa estrutura possa ser utilizada pelas várias organizações, independentemente, da sua dimensão, sector ou localização (GRI, 2007).

Cada sector de actividade possui características específicas, por isso, a *GRI* tem procurado elaborar suplementos sectoriais, com indicadores direccionados para o desenvolvimento sustentável, directamente, aplicados ao sector. O sector da Construção é um dos que melhor espelha o desenvolvimento económico de um país e a prová-lo está a relação recíproca entre a economia e o sector.

Desenvolveu-se um estudo empírico que visa comparar os indicadores de desempenho económico, ambiental e social, aplicados ao sector da construção, propostos por um grupo de profissionais com os reconhecidos por um grupo de estudantes do ensino superior.

Verificou-se maior concordância entre os grupos nos indicadores de natureza ambiental e social (com três e dois indicadores) e menos nos de natureza económica (com um indicador).

## Secção 1 – O Desenvolvimento Sustentável

A palavra “Sustentável” é um adjectivo que tem subjacente a filosofia “que se pode sustentar, defender”, sendo que “Sustentabilidade” significa uma “qualidade ou condição do que é sustentável” (Priberam, 2010).

O Relatório *Brundtland* foi pioneiro neste domínio, ao defender que o desenvolvimento sustentável é algo que exige a satisfação das necessidades básicas de todos, considerando que a todos deve ser dada a oportunidade de satisfazer as suas aspirações.

A definição, mais consensual, atribuída ao conceito de Sustentabilidade é: “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Brundtland, 1987).

Berns (2009) refere que o principal benefício da sustentabilidade é o efeito que causa na imagem da empresa e da marca, mas alerta que esse aspecto não é focado pelos peritos na matéria, que acabam por evidenciar como mais-valia a criação de valor através de novas vantagens competitivas. É usual e natural que a sustentabilidade tenha efeitos crescentes e continuados nos negócios (actividades promovidas).

Por seu turno, Abreu et al (2005) considera que as práticas de RSC ocorrem por influência externa, por influência de mercado e por influência operacional. Roque (2006) acrescentou que, provavelmente, derivado à pouca atenção, ainda direccionada para matérias de sustentabilidade, o desempenho ambiental não se reflectia como uma fonte de vantagens competitivas.

De acordo com Cardoso (2006, citado por Ferraz, 2007), o rácio benefício/custo que resulta de ser socialmente responsável representa um elevado custo associado a esse comportamento que, no entanto, acaba por ser compensado pelo mercado numa perspectiva de médio e longo prazo.

Nesse sentido, a RSC assumida e comunicada pelas organizações transforma-se num mero diferenciador, privilegiado pelos *stakeholders*. É fundamental comunicar o desempenho das organizações e a informação relatada deverá comportar indicadores com múltiplas naturezas, sendo importante distinguir o desenvolvimento do desempenho económico, do desempenho ambiental e do desempenho social para uma visão holística da organização.

---

Seja qual for a natureza do relato, é sempre importante ter presente que, o relato deve compreender os principais sucessos e fracassos, bem como os principais riscos e oportunidades. As alterações que ocorram no período do relato, respeitantes aos sistemas ou estruturas surgidas com o objectivo de melhorar o desempenho sustentável devem, igualmente, ser contempladas.

Os indicadores económicos respeitam aos impactos da actividade organizacional nas condições económicas das suas partes interessadas, bem como nos sistemas económicos a nível local, nacional e global. É importante conhecer a informação relativa à própria sustentabilidade financeira da organização, normalmente, proveniente das demonstrações financeiras.

Os indicadores de desempenho ambiental são aqueles que estão relacionados com os impactos que as actividades das organizações podem ter nos sistemas naturais, ecossistemas, solos, ar e água, e que estão relacionados com a biodiversidade e a conformidade ambiental.

Por último, os indicadores de desempenho social referem-se aos impactos que a actividade organizacional pode ter nos sistemas sociais em que opera.

A GRI está a procurar elaborar uma estrutura credível, que proporcione às organizações, de forma clara e transparente, a comunicação de questões relativas à sustentabilidade, com o objectivo de que essa estrutura possa ser utilizada pelas várias organizações, independentemente, da sua dimensão, sector ou localização (GRI, 2007), em que estão envolvidos um vasto conjunto de *stakeholders*.

No entanto, cada sector de actividade possui características próprias, que fazem emergir a necessidade de adequar um conjunto de indicadores às suas características inerentes. “O primeiro passo em direcção a uma abordagem transparente é examinar como comunica os seus objectivos e informa acerca dos seus progressos. Nos últimos quinze anos houve um grande aumento na visibilidade das políticas de RSC.” (Zee, 2009, p. 46).

Segundo Dvorakova (2009), a visão que temos das empresas está a mudar de acordo com a adopção e desenvolvimento da sustentabilidade. Uma empresa começa a ser entendida como uma unidade social, com um carácter económico, ambiental e social e, conseqüentemente, a divulgação de informações desses três níveis começa a ser indissociável. O uso consistente de informação multidimensional exige que a divulgação seja efectuada no relatório anual.

Nas estatísticas da *GRI* pode aceder-se a uma listagem actual de todas as empresas que publicam relatórios de sustentabilidade de acordo com as suas directrizes e que, simultaneamente, os comunicam àquela organização, pelo que se verifica uma evolução crescente deste tipo de relatórios.

No Gráfico 1 pode analisar-se a evolução, na Europa, do número de relatórios comunicados à *GRI* no período de 2002 a 2008, enquanto no Gráfico 2 se apresenta a mesma informação relativamente a Portugal.



Efectivamente, a tendência de elaboração de relatórios de sustentabilidade é positiva, tanto a nível Europeu, como em Portugal, sendo cada vez mais as organizações que se dispõem a integrar o desenvolvimento sustentável, bem como o relato do mesmo, nas suas prioridades estratégicas.

Em 2002, foram 90 as organizações europeias que elaboraram relatórios de sustentabilidade de acordo com as linhas orientadoras da *GRI*. Passados seis anos, o relato sustentável passou a ser efectuado por 565 organizações europeias, das quais, 23 são portuguesas. Portugal, apenas, ingressou nas listagens da *GRI* em 2004, quando, pela primeira vez, 2 empresas elaboraram relatórios de sustentabilidade de acordo com as *guidelines* da *GRI*.

## Secção 2 – Estudo Empírico

### 2.1 - Âmbito

A *GRI* tem em desenvolvimento a construção de um suplemento sectorial para os sectores da construção e promoção imobiliária, do qual resultará um conjunto de indicadores de desempenho sustentável.

---

Entendeu-se oportuno abordar esta temática, relativamente ao sector da Construção, visto que este sector é um dos que melhor espelha o desenvolvimento económico de um país. Tal como já defendemos, anteriormente.

Mateus e Bragança (s d) referem que “A Indústria da Construção, nomeadamente o sector dos edifícios, é um dos sectores económicos mais importantes na Europa”. Além de reflectir o desenvolvimento europeu, a produtividade neste sector, considerando a relação recíproca acima mencionada, acaba por contribuir para o próprio desenvolvimento económico.

As áreas de actuação em construção centram-se em construção de edifícios, residenciais e não residenciais, cuja procura pode partir do sector privado ou público, e em obras públicas, que podem compreender as primeiras, mas estendem-se à construção de infra-estruturas de outras naturezas, como a construção de vias rodoviárias, ferroviárias, pontes, barragens, entre outras.

A actividade da construção consome mais matérias-primas do que qualquer outra actividade económica, bem como elevadas quantidades de energia, além do facto de os resíduos de construção e demolição representarem a maioria dos resíduos produzidos na Europa (Torgal e Jalali, 2007).

Para Mateus e Bragança (s d) a indústria da construção “continua a basear-se excessivamente em métodos de construção tradicionais e mão-de-obra não qualificada, sendo caracterizada pelo consumo excessivo de matérias-primas, de recursos energéticos não renováveis e pela excessiva produção de resíduos”.

Em Portugal, o sector da Construção tem tido um percurso conturbado nos últimos anos, quer pela débil situação económica que se tem feito sentir, quer pelo impasse do Governo, relativamente, à realização de obras públicas há tanto tempo anunciadas, o que tem contribuído, para que algumas decisões de investimentos privados no sector tenham sido tomadas com base em expectativas.

Em termos de investimento público, em grandes obras, as expectativas têm recaído sobre a construção do novo aeroporto internacional de Lisboa, com localização em Alcochete, o TGV e a Terceira Travessia sobre o Tejo (TTT).

Paralelamente, têm-se assistido a um aumento dos contratos públicos nos anos em que se realizam actos eleitorais, em especial, nas eleições legislativas e autárquicas.

---

Verificaram-se iniciativas governamentais com impacto e com vista a dinamizar o sector, nomeadamente, o Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA), a Porta 65 (Decreto-Lei nº 308/2007, de 3 de Setembro), a Eficiência Energética de Edifícios (Decreto-Lei nº 78/2006, de 4 de Abril), o Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei nº 78/2006, de 29 de Janeiro) e o Regime de Inversão do Sujeito Passivo de IVA (Decreto-Lei nº 78/2006, de 4 de Abril).

Assim, o objectivo geral desta investigação assenta em identificar quais os indicadores de desempenho sustentável considerados mais importantes no relato sustentável das empresas do sector da construção, tendo por base as opiniões de diferentes grupos de indivíduos com conhecimentos e competências diversificadas e complementares.

Tendo em consideração os resultados pré-determinados, provenientes de um *workshop* promovido pela *GRI* em Janeiro de 2010, cujos participantes foram, maioritariamente, empresas do sector, entendeu-se inquirir um outro grupo de indivíduos (estudantes do ensino superior) para que os resultados pudessem, ou não, ser corroborados e se observe a opinião de outras partes interessadas que não, maioritariamente, as das próprias empresas.

## **2.2 - Amostra**

A selecção da amostra teve por base o interesse em aferir-se a opinião de estudantes, com frequência no último ano de licenciatura, de forma a comparar os resultados desta percepção, tendencialmente académica, com os resultados pré-seleccionados por grupos de indivíduos com experiências profissionais e académicas distintas.

Assim, atendendo ao tema da investigação – Desenvolvimento Sustentável – elegeu-se os estudantes dos cursos de Contabilidade e Finanças (CF) regime diurno e nocturno, Gestão de Recursos Humanos (GRH), Engenharia de Ambiente (EA) e Engenharia Civil (EC), todos do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS).

A amostra é composta por 122 estudantes, dos quais 77 são do género feminino (cerca de 63%) e 45 são do género masculino (aproximadamente 37%). O estudante mais novo inquirido tem 19 anos e o mais velho tem 52, sendo que a maioria dos inquiridos tem entre 20 e 23 anos e a média das idades é de 26,25 anos.

---

Em termos de residência, o concelho de residência com maior representatividade é o de Setúbal (25%), seguido dos da Moita (14%), Seixal (12%), Barreiro (10%) e Palmela (7%), como os cinco mais representados pelos inquiridos.

Ao nível dos cursos, 25 estudantes são de CF, 32 são de GRH, 29 são de EC, 19 são de EA e 17 são de CFN, sendo que a maior representatividade pertence ao curso de GRH. No entanto, somado o número de estudantes com frequência diurna e nocturna em CF, este curso fica com uma representatividade superior, com o total de 42 estudantes da área de estudo de contabilidade.

Em termos percentuais, os inquiridos com frequência em CF representam 29,49%, os que frequentam GRH assumem a percentagem mais elevada, com 26,23%, seguindo-se EC com 23,77%, EA com 15,57% e, finalmente, CFN com 13,93%. Se focarmos a área de estudo mais representada, a percentagem mais elevada, de 34,42%, pertence ao curso de CF (contemplando os regimes diurno e nocturno).

### **2.3 - Instrumento**

O instrumento de investigação utilizado é o questionário, por se entender ser esta a forma mais expedita de auscultar a opinião de um conjunto de estudantes. O referido questionário é composto por:

- \* Identificação do proponente seguido da apresentação do tema – enquadramento e um pequeno texto relativo à sustentabilidade;
- \* Perfil dos inquiridos - identificação do género, respectiva idade, concelho de residência e curso que frequenta;
- \* Apresentação de três questões, atendendo às dimensões do estudo, indicadores de desempenho de sustentabilidade: económica, ambiental e social. As respostas são dadas com recurso aos algarismos de 1 a 5, na medida em que, se solicita que os indicadores apresentados, para cada dimensão, sejam colocados por ordem de importância, em que o número 1 corresponde ao menos importante e o número 5 corresponde ao mais importante.

Os indicadores repartem-se por alíneas que correspondem aos indicadores pré-seleccionados pelo grupo de indivíduos que participou no *workshop* referido, anteriormente, e encontram-se colocados por ordem alfabética e não por ordem de importância. Foi deixada em aberto uma

linha para que os inquiridos pudessem sugerir um indicador diferente daqueles pré-definidos, o qual estava sujeito a idêntica classificação hierárquica.

O questionário foi aplicado em sala de aula e a recolha foi feita na hora, imediatamente, após o preenchimento do mesmo. Foram obtidos 161 questionários, no entanto, apenas 122 se encontravam total e correctamente preenchidos, rejeitando 39 questionários.

### Secção 3 – Análise de Resultados

Na Figura 1 podemos observar a correspondência entre os resultados do *workshop* e os resultados obtidos da aplicação do questionário. É perceptível que, para alguns indicadores de desempenho, é confirmado o grau de importância que lhes é atribuído.

**Figura 1** – Tabela de Correspondência dos Resultados do Workshop com os Resultados do Questionário

Grau Importância	ECONÓMICOS		AMBIENTAIS		SOCIAIS	
	<i>Workshop</i>	Questionário	<i>Workshop</i>	Questionário	<i>Workshop</i>	Questionário
5	Criação de Emprego	Criação de Emprego	Gestão da água	Gestão da água	Satisfação dos clientes	Violações aos direitos humanos
4	Ciclo de vida do produto	Custo inicial e retomo do investimento	Ruído	Impacto dos danos ambientais	Segurança e saúde no trabalho	Segurança e saúde no trabalho
3	Investimentos em activos com o objectivo de melhorar o desempenho ambiental	Rentabilidade do activo	Ciclo de vida dos materiais de construção	Ciclo de vida dos materiais de construção	Formação	Formação
2	Custo inicial e retomo do investimento	Investimentos em activos com o objectivo de melhorar o desempenho ambiental	Utilização do solo	Utilização do solo	Limite de horas de trabalho	Satisfação dos clientes
1	Rentabilidade do activo	Ciclo de vida do produto	Impacto dos danos ambientais	Ruído	Violações aos direitos humanos	Limite de horas de trabalho

Fonte: Elaboração Própria

Podemos constatar que na dimensão económica o único indicador que obteve confirmação, ao nível da importância máxima, foi a “criação de emprego”. Na dimensão ambiental foram confirmados três indicadores de sustentabilidade, em termos de escala de posicionamento: “gestão da água”, “ciclo de vida dos materiais de construção” e “utilização do solo”.

---

Por último, na dimensão social foram corroborados os níveis de importância atribuídos a dois indicadores, relativamente à 3ª e 4ª posição na escala, que são, respectivamente, “formação” e “segurança e saúde no trabalho”.

Fazendo uma análise complementar aos resultados alcançados é possível reconhecer a predisposição revelada pelos alunos de um determinado curso, relativamente, a indicadores que estão, directamente, aplicáveis à sua área de estudo.

O indicador “criação de emprego”, que obteve o nível de importância máxima a nível global, corroborando os resultados do *workshop*, teve 58 respostas no nível 5 de importância, das quais a maioria, 17 respostas (29%), pertencem aos estudantes do curso de GRH, evidenciando a sensibilidade dos mesmos em relação a um indicador relacionado com a sua área de estudo.

Em relação aos indicadores de desempenho ambiental, o indicador “gestão da água”, que ficou posicionado no nível de importância máxima, em termos globais, obteve um número elevado de respostas de todos os cursos, totalizando 58. No entanto, foi o curso de EC que mais contribuiu para este total, com 14 respostas (24%), seguido dos cursos de GRH e EA, com 13 e 12 respostas (22% e 21%) respectivamente.

O indicador “limite de horas no trabalho” obteve apenas 4 respostas no nível de importância máxima, das quais 3 (75%) foram dos estudantes do curso de GRH, e ficou classificado no nível de importância menor, em termos globais. Mais uma vez, faz-se notar a sensibilidade destes estudantes para os aspectos relacionados com os indicadores de natureza laboral, área central do seu percurso escolar.

O indicador “segurança e saúde no trabalho” ficou classificado como o segundo mais importante de entre os indicadores sociais, tendo obtido um total de 25 respostas no nível máximo de importância. Os estudantes que mais motivações tiveram para o fazer, foram os de EC, com 9 respostas (36%), evidenciando uma maior sensibilização dos riscos incorridos pelos trabalhadores do sector da construção no que diz respeito a este indicador.

## **Conclusão**

A sustentabilidade é um conceito que tem ganho cada vez mais projecção no meio académico, empresarial, governamental e órgãos de comunicação social. Assimilar a necessidade de se assumir uma postura de gestão baseada nos pilares da tripla sustentabilidade passa, inclusivamente, por se apreender a especificidade do sector de actividade em que se opera.

O sector da Construção é um dos que melhor espelha o desenvolvimento económico de um país. A GRI está a desenvolver um estudo para elaborar um suplemento sectorial, com indicadores sustentáveis específicos para o referido sector, pelo que se revelou apropriada a inquirição de estudantes das áreas, directamente, relacionadas com as dimensões económica, ambiental e social.

Como instrumento de investigação utilizou-se um questionário, o qual foi aplicado em sala de aula a estudantes de Contabilidade e Finanças (regime diurno e nocturno), Gestão de Recursos Humanos, Engenharia de Ambiente e Engenharia Civil.

Os resultados encontrados revelam, nas dimensões económica e ambiental, uma clara concordância dos estudantes, relativamente aos participantes no workshop, em eleger o indicador de sustentabilidade mais importante, no entanto, na dimensão social, os lugares atribuídos ao primeiro e último indicador, em termos de importância, assumem posições opostas, mas confirmam o posicionamento de outros indicadores desta dimensão.

Adicionalmente constata-se uma maior sensibilização dos estudantes do mesmo curso para determinados indicadores, os quais se relacionam, directamente, com os conteúdos técnico-científicos ministrados, tal é o caso dos estudantes de GRH, relativamente ao indicador “limite de horas de trabalho”.

Ainda assim, considera-se que a falta de sensibilização dos estudantes para as matérias de sustentabilidade poderá ser apontada como uma das limitações ao presente estudo, pelo que, consideramos que o mesmo pudesse vir a ser reaplicado, por exemplo, após a frequência de seminários, workshops, aula aberta, etc., alusivos à temática da Sustentabilidade.

---

**Bibliografia**

- Abreu, R., David, F. & Crowther, D. (2005). Corporate Social Responsibility in Portugal: Empirical evidence of corporate behaviour. *Corporate Governance: An International Review*. Vol. 5. N. 5. Pp. 3-18.
- Berns, M., Townend, A., Khayat, Z., Balagopal, B., Reeves, M., Hopkins, M. & Kruschwitz, N. (2009). Sustainability and Competitive Advantage. *MIT Sloan Management Review*, Fall 2009, Vol. 51 N.º.1, pp. 19-26.
- Brundtland, G. (1987). *Our Common Future*. Disponível em 4, Janeiro, 2010, em: <http://www.undocuments.net/ocf-02.htm>
- Cardoso, C. (2006). *Comportamento Organizacional e Gestão*. Editora RH: Universidade do Minho.
- Comissão das Comunidades Europeias, (2002). *Responsabilidade Social das Empresas: Um Contributo das Empresas Para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: 8, Fevereiro, 2010, em: [http://europa.eu/documentation/official-docs/index\\_pt.htm](http://europa.eu/documentation/official-docs/index_pt.htm)
- Comissão Europeia, (2001). *Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas* (Versão Portuguesa). Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas.
- Cortez, M.C.; Roque, V. (2006). A divulgação de informação ambiental e a performance financeira das empresas cotadas em Portugal. *Revista de Estudos Politécnicos*, vol III, n.5/6, Portugal 119-143.
- Dvorakova, D. (2009). Sustainability Accounting and Reporting – Na Issue of Economic, Social and Environmental Aspects of Business Activities. 32nd annual congress of the European Accounting Association, May, Finland.
- Ferraz, A. (2007). *A Responsabilidade Social como Estratégia Empresarial de Desenvolvimento*. Marília: Universidade de Marília.
- Firend, G. (2009). *O Segredo das Empresas Sustentáveis* (1ª ed.). Famalicão: Centro Atlântico.
- Global Reporting Initiative (2008). *A Snapshot of Sustainability Reporting in the Construction and Real Estate Sector*. Disponível em: 4, Janeiro, 2010, em: <http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/13865428-9EAC-4EB0-A8E3-A31AA2F5C38C/3470/CRESSReport.pdf>.
- Global Reporting Initiative (2007). *Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade*. Versão 3.0. Disponível em: 4, Janeiro, 2010, em: [http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/2725/G3\\_POBR\\_RG\\_Final\\_with\\_cover.pdf](http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/2725/G3_POBR_RG_Final_with_cover.pdf).
- Mateus, R. & Bragança, L. (s d). *Avaliação da Sustentabilidade da Construção: Desenvolvimento de uma Metodologia Para a Avaliação da Sustentabilidade de Soluções Construtivas*. Disponível em: 25, Janeiro, 2010, em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>.
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR, 2007), Decreto-Lei n.º 308/07 – Cria o programa Porta 65 – Arrendamento por Jovens, instrumento de apoio financeiro ao arrendamento por jovens, e revoga o Decreto-Lei n.º 162/92 de 5 de Agosto. Diário da República n.º 169, Série I, de 2007-09-03.
- Ministério da Economia e da Inovação (MEI, 2006), Decreto-Lei n.º 78/06 – Aprova o Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios e transpõe parcialmente para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, relativa ao desempenho energético dos edifícios. Diário da República n.º 67, Série I-A, de 2006-04-04.
- Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC, 2008), Decreto-Lei n.º 18/08 – Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo. Diário da República n.º 20, Série I, de 2008-01-29.
- Palma, Cristina Morais (2010): Indicadores de Desempenho Sustentável no Sector da Construção, Projecto de Dissertação em Contabilidade e Finanças, ESCE, Abril de 2010.
- Priberam (2010). Definição de Sustentabilidade. Disponível em: 28, Janeiro, 2010, em: <http://www.priberam.pt/DLPO/default.aspx?pal=sustentável>.
- Porto Editora, Lda (2002). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
-

---

Said, I., Osman, O., Shafiei, M., Razak, A. & Rashideh, W. (s d). Identifying The Indicators of Sustainability in the Construction Industry. *International Journal of Organizational Innovation*, p. 336.

Torgal, F. & Jalali, S. (2007). Construção Sustentável. O Caso dos Materiais de Construção. 3º Congresso Nacional “Congresso Construção 2007”, Dezembro, Portugal.

Zee, Bibi V. D. (2009). *Negócios Ecológicos*. Dorling Kindersley – Civilização Editores, L.da. Porto.